



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

GDF está autorizado a criar 6.593 cargos e a nomear outras 65.395 pessoas em 2026

Esses números são resultado da sanção, sem vetos, da Lei Orçamentária do DF por Ibaneis Rocha. Deputados distritais aumentaram em 18 vezes esses cargos

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou, sem vetos, a Lei 7.735 de 2025, a chamada LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026. A partir desta lei, publicada ontem (23) no DODF, o Governo do Distrito Federal (GDF) está autorizado a criar 6.593 novos cargos a partir do ano que vem, além de ter possibilidade de nomear outras 65.395 pessoas para cargos públicos no Executivo local.

Isso, sem contar na autorização para a reestruturação de 261.107 cargos já existentes dentro do GDF. Tudo isso ao custo de R\$ 14,5 bilhões em 2026, com estimativa de custarem R\$ 15,2 bilhões em 2027 e R\$ 15,6 bilhões em 2028.

O que foi sancionado na lei indica a possibilidade de nomeação de pessoal pelo Executivo do DF em mais do que o dobro (2,2 vezes mais) do que havia sido pedi-

do inicialmente pelo próprio GDF, quando encaminhou o projeto de lei da LDO para a Câmara Legislativa do DF no dia 15 de maio.

Inicialmente, O GDF havia pedido para nomear 29.676 cargos - e os deputados distritais, por meio de 207 emendas apresentadas ao projeto de lei, aumentaram em quase duas vezes e meia esse número. Neste ano, cada um dos 24 distritais pôde



Professores do ensino básico estão entre as carreiras onde poderá haver nomeações em 2026

destinar R\$ 50 milhões em emendas para carreiras públicas do DF.

Pressão em ano eleitoral

Pior ainda foi o número autorizado para a criação de cargos: os distritais ampliaram em 18 vezes a previsão inicial de Ibaneis Rocha, que era a de criar apenas 365 cargos no ano que vem.

A simples expectativa de

nomeação e de criação de tantos novos cargos irá gerar muita pressão sobre o GDF, sobretudo em ano eleitoral. Pelas regras em vigor - se tiver de criar algum cargo ou nomear alguém em 2026 -, o prazo limite será no começo de julho (três meses antes do primeiro turno das eleições).

Vale lembrar que em Brasília há uma verdadeira "indústria de concurreiros", que vão se juntar a

outras categorias organizadas - como saúde, educação e segurança pública - para que essa previsão legal seja cumprida.

Por isso ontem, ao anunciar a sanção da nova lei, a Agência Brasília, site de notícias oficiais do GDF, trouxe uma fala da coordenadora da proposta de Diretrizes Orçamentárias da Secretaria de Economia do DF, Rafaella Corado, numa espécie de "freio de contenção". Segundo a coordenadora, a legislação é "meramente autorizativa".

"Para que essas autorizações sejam implementadas é preciso levar em consideração outros fatores como estudo de viabilidade com base em expectativa de receita e despesa e fatores externos e legislações como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por exemplo", destacou a servidora.

GDF estima arrecadar R\$ 71,7 bi em 2026, 11,2% mais que este ano

A lei aprovada estima a receita total do próximo ano em R\$ 71,7 bilhões, ou 11,2% maior do que a previsão de receita para este ano. Do total previsto, cerca de R\$ 43,9 bilhões devem vir por receitas próprias, além de um aporte de R\$ 27,7 bilhões de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que paga a segurança pública, entre outras despesas.

Esta expectativa de receita do GDF é bem superior à apresentada em 2024, quando foi feita a estimativa para a arrecadação para este ano, de 2025. A nova lei mostra a projeção de crescimento de 10,1% das receitas próprias do Distrito Federal e de 10,7% do Fundo Constitucional.

As receitas correntes (que mostram a arrecadação própria do DF em 2026) devem atingir R\$ 43,9 bilhões (+9,3%), sendo que a parte proveniente de impostos, taxas e contribuições de melhoria pode chegar a R\$ 27,5 bilhões, um crescimento de 11,8% em relação ao valor projetado para esse ano. "É uma perspectiva positiva porque a gente entende que é um cenário com crescimento da arrecadação superior à inflação", disse o chefe da Unidade de Processo e Monitoramento Orçamentários, Luiz Paulo de Carvalho Moraes, da Secretaria de Economia do DF.

Segundo a projeção, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) deve crescer R\$ 2,6 bilhões (+10,7%),

chegando ao total de R\$ 27,7 bilhões. Assim, a receita total do DF projetada para o próximo ano tende a ultrapassar R\$ 71,7 bilhões (+11,2%).

Despesas com empréstimos e juros

Apesar disso, a proposta da LDO traz um resultado primário que projeta déficit de R\$ 1,5 bilhões, o maior desde o ano de 2015. O resultado primário é aquele que não considera receitas e despesas de natureza financeira, ou seja, são retiradas dessa conta as receitas com empréstimos e outras operações financeiras, além dos gastos feitos com pagamento de juros e amortizações, entre outras.

"Esse número é negativo porque quando a gente tem um volume de operações de crédito [empréstimos] maior, essas operações fazem com que ingressem receitas financeiras, que não são contabilizadas no resultado primário, mas que financiam despesas primárias [estas são contabilizadas]. Isso cria uma alteração que fica evidenciada no resultado primário. O número diz que o DF está se endividando um pouco para continuar fazendo as obras", explicou Luiz Paulo. Ele acrescentou ainda que o "nível de endividamento do DF está entre os mais baixos do país, com 13,4% da receita corrente líquida (RCL), enquanto o limite permitido é de até 200% da RCL".

A nova lei mostra também que o GDF espera obter R\$ 1,74 bilhão em operações de crédito.

Saiba quais serão os prováveis novos cargos

Deste universo de aumento de pessoal que foi autorizado pela Lei 7.735/2025, estão autorizadas a criação de 80 vagas para atividades em Saúde Suplementar, 138 para pesquisadores em Ciências da Saúde, 1.000 para técnicos de enfermagem e outros 5.000 para especialistas em saúde pública. Também prevê concurso para até 88 psicólogos (para atuarem nas escolas) e outros 380 contabilistas.

Está previsto na lei ainda o provimento (permissão para que um cargo público seja ocupado) para 1.200 enfermeiros, 3.283

médicos e 10.707 professores para a educação básica, além de outros 1.000 de nível superior (para a Universidade do Distrito Federal - UnDF). Também poderá haver nomeação para 21 músicos para a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional.

Nesta lei publicada ontem não está previsto o aumento no contingente das forças de segurança pública, que dependem da Lei de Diretrizes Orçamentárias federal - e que ainda está sob análise do Congresso Nacional.

Se os deputados federais e os

senadores atenderem ao pedido feito pelo governador Ibaneis Rocha, poderão ser nomeados mais 600 agentes da Polícia Civil do DF, 50 delegados da PCDF, 50 agentes de custódia da Polícia Penal, além de 1.200 soldados da Polícia Militar do DF, 35 oficiais de saúde da PMDF e 49 oficiais da PMDF.

Cargos para a Câmara Legislativa

Os deputados distritais também criaram 350 novos cargos para a própria Câmara Legislativa do DF, além de

estimarem a nomeação de outros 80 servidores. Também há previsão para a revisão de 2.754 cargos já existentes. Tudo ao custo de R\$ 188 milhões em 2026, e com a estimativa de custar R\$ 235 milhões em 2027 e R\$ 240 milhões em 2028.

Os distritais criaram ainda 72 cargos para a Defensoria Pública do DF, a possibilidade de nomear 290 defensores públicos e a reestruturação da carreira de outros 1.784. Tudo ao custo de R\$ 585 milhões em 2026.

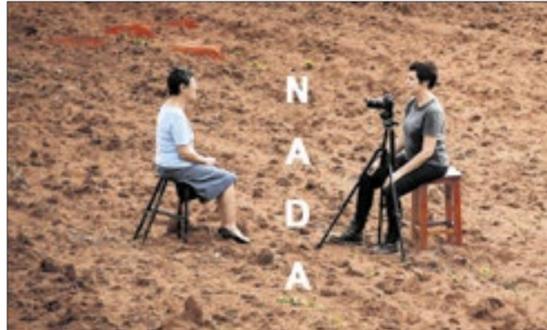
'NADA', de Adriano Guimarães, tem pré-estreia hoje no Cine Brasília

Divulgação/Embaúba Filmes

Com estreia marcada para o dia 31 de julho no circuito comercial, o filme "NADA", de Adriano Guimarães, tem hoje (24), às 19h, no Cine Brasília, sua pré-estreia em noite especial. Após a exibição do longa, o diretor e a equipe farão um bate-papo com a plateia presente.

O filme, gravado todo em uma fazenda de Pirenópolis (GO), "conduz o espectador a uma reflexão sobre lembrar, esquecer e seguir adiante o que se vê e o que se sente. O que se toca e o que permanece como ausência", afirma o material de divulgação.

Em "NADA", primeira



"NADA" conduz o espectador a uma reflexão sobre lembrar, esquecer e seguir adiante

experiência de Adriano Guimarães em longa-metragens, memória e ausência conduzem uma narrativa delicada.

Desde sua estreia,

"NADA" foi exibido em festivais na Espanha, Rússia, Índia, Argentina, México e Colômbia. O filme foi premiado no 25º Festival de Cinema de

Tiradentes (2022) na categoria Work in Progress (WIP), no Festival de Málaga (2022) com o Prêmio WIP Iberoamericano e o Prêmio LatAm Cinema, além de ter recebido os prêmios de Melhor Direção, Melhor Direção de Arte e Melhor Edição de Som no 57º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro - Mostra Brasília.

Este filme recebeu financiamento público do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) do Distrito Federal e da Secretaria do Audiovisual (SAV) do Ministério da Cultura, além do Fundo Setorial do Audiovisual.

Falhas em serviço de home care

Situações se agravaram depois de troca da empresa que presta o atendimento

Por Thamiris de Azevedo

O Correio da Manhã apurou diversas denúncias que apontam má execução na prestação de serviço de home care, modalidade de tratamento domiciliar de alta complexidade, realizada pela Secretaria de Saúde do DF (SES). Ao jornal, mães revelam os casos.

Márcia Ferreira, é uma das mães. Ela conta que o problema começou quando a Secretaria de Saúde (SES) mudou a empresa que prestava o serviço, no início deste ano. Segundo Márcia, os pacientes estão sendo migrados gradualmente, quanto, então, o atendimento piora de forma considerável. Márcia conta que a SES chegou a suspender as migrações, mas em

junho elas retomaram.

"Eles estão colocando os equipamentos de qualquer jeito. Há pacientes ficando sem técnico, e isso não pode acontecer. Eles precisam de acompanhamento 24 horas. Montamos uma comissão para fazer denúncias, mas ainda tem muita gente reclamando", relata.

Nayara Nunes também é mãe de um paciente. À reportagem, ela denuncia que a má qualidade está deixando o seu filho adoecido.

"Meu filho migrou no dia 16 de julho, e sábado fiquei sem cobertura. Quando enviam técnicos, percebo que estão totalmente despreparados. Eles não sabem fazer nem uma técnica de aspiração, que é uma das principais ocorrências

de Davi. Ele tem histórico de parada, e é imprescindível alguém que saiba fazer uma boa aspiração sem contaminação. O Davi já começou a apresentar sinais de infecções, e é por causa dessas inspirações contaminadas", afirma.

Rosângela Moreira, também mãe de paciente, avalia que um dos principais problemas na má prestação do serviço está no mau pagamento dos técnicos.

"Eu também sou técnica de enfermagem. Por que os técnicos não querem ficar no plantão? Pelo salário. O home care é como uma UTI, precisa de profissionais com experiência. Quem tem experiência, não vai fazer um plantão de R\$ 160", critica.

Gleiciania da Silva conta que sua filha está migrando agora e revela ter medo.

"Eu estou com muito medo da minha filha ser migrada para essa empresa, devido a toda essa situação. Qual vem cuidar da minha filha? Eles não têm preparo", preocupa-se.

A reportagem apurou que as denúncias estão tramitando em processos no Tribunal de Contas, Ministério Público (MP) e Ministério Público de Contas. A Defensoria Pública do DF também protocolou, em janeiro, ofício à Pasta de saúde.

Em nota, a SES não respondeu aos questionamentos da reportagem. Disse apenas que trabalha de maneira transparente com os órgãos de controle.



Famílias se queixam de piora no atendimento domiciliar

Mariana Raphael/SES